



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Licitação nº. 114/2009

Processo nº. 2060/2009

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de forma contínua, de serviços auxiliares de apoio administrativo e suporte operacional (serviços gráficos) com fornecimento de todos os uniformes necessários, nas dependências do TJMG, na capital e interior..

Recorrente: Adservis Multiperfil Ltda.

Recorrida: PH Serviços e Administração Ltda

Assunto: Recurso contra ato do Pregoeiro

Adotando os fundamentos do Parecer da ASCONT, conheço do recurso, mas, no mérito, nego-lhes provimento, ratificando a decisão do Sr. Pregoeiro, no tocante à aceitabilidade da classificação dos valores ofertados na etapa de lances pela Recorrida, e consequentemente a declaração de vencedora à empresa em questão. Isto posto, adjudico o objeto licitado à empresa PH Serviços e Administração Ltda e homologo os termos da Licitação nº. 114/2009.

Empresa Vencedora

Lote Único: PH SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA.

Publique-se. Cumpra-se.

Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2009.


SELMA MICHAELSEN DIAS

Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio

LTDA.

Processo n.º 1.739/2009 – Dispensa de Licitação – Nota de Empenho n.º 007943.

Vistos, etc...

Cuida-se de procedimento administrativo visando à anulação do processo n.º 1739/2009 e, conseqüentemente, da nota de empenho n.º 007943, cuja contratada é a empresa DDC ENGENHARIA CONSULTORIA PROJETOS E SERVIÇOS LTDA., nos termos art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, aplicando-se o disposto nos seus parágrafos 3º e 4º c/c o art. 5º. LV da Constituição Federal de 1988, em face das irregularidades constatadas no parecer n.º 232/2009 – ASCONT, acostado às fls. 02/16 dos autos, e que dizem respeito à não observância dos princípios da moralidade, pessoalidade e legalidade, evidenciando, ainda, o exercício do poder de autotutela, instaurado nos termos da Lei Estadual n.º 14.184 de 31.13.2002.

A fornecedora foi devidamente intimada às fls. 59 e 61 dos autos para apresentação de defesa prévia e alegações finais, respectivamente, tendo deixando transcorrer ambos os prazos *in albis*.

É o relato do necessário.

DECIDO.

Cuida-se de procedimento administrativo que tem o fito de anular o processo n.º 1739/2009 e, conseqüentemente, da nota de empenho n.º 007943, cuja contratada é a empresa DDC ENGENHARIA CONSULTORIA PROJETOS E SERVIÇOS LTDA., e que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia em prédios de Itabirito e Ipatinga, e para prestar serviços técnicos de vistoria qualificada em diversas comarcas do Estado.

Referida declaração de nulidade encontra-se escudada no fato da não observância dos princípios da moralidade, pessoalidade e legalidade, em especial aos termos do art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, aplicando-se o disposto nos seus parágrafos 3º e 4º c/c o art. 5º. LV da Constituição Federal de 1988, evidenciando o poder de autotutela da administração. Mediante a análise pormenorizada de todo o processado dúvida não resta a respeito da quebra dos princípios supracitados, uma vez que o servidor em tela encontra-se lotado na DENGEP, órgão condutor da dispensa de licitação questionada, e possui grau de parentesco em relação ao proprietário da empresa representada, qual seja irmão, fazendo parte inclusive da equipe encarregada de acompanhar o desenrolar da contratação pretendida.

É o que também se depreende do parecer n.º 232/2009 – ASCONT, o qual adoto integralmente e que bem andou ao discorrer que:

"A isenção na escolha da proposta mais vantajosa para a Administração carece de independência e imparcialidade de seus membros em face dos concorrentes, cujas propostas julgarão.

Portanto, nenhuma espécie de relacionamento dependente pode existir entre eles, sob pena de considerar-se fundada a suspeita de parcialidade do membro da comissão.

O que se está questionando é a sua situação pessoal, por ser ele um familiar participando da equipe condutora de dispensa de licitação, que contamina o procedimento como um todo.

À Administração não é dado o direito de assumir o risco de perpetrar uma contratação que ofenda a dignidade administrativa; uma vez identificada uma conduta potencialmente lesiva à moralidade, deve o administrador adotar as medidas que visem

resguardar a integridade da contratação."

E da súmula n.º 473 do STF extraímos que:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Observe-se, finalmente, que o feito em tela encontra-se pautado nos princípios do devido processo legal, presentes a ampla defesa e o contraditório.

Resolvo, portanto, DECLARAR A NULIDADE do processo de dispensa de licitação n.º 1.739/2009, em face da inobservância dos princípios da legalidade, da moralidade e impessoalidade, com fulcro nos parágrafos 3º e 4º do art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c o artigo 5º, inciso LV, da Carta Magna e na Súmula 473 do STF; e, conseqüentemente, da Nota de Empenho n.º 007943 nos termos do art. 49, § 2º do Estatuto de Licitações.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2009.

(a) Desembargador SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE
Presidente

CORTE SUPERIOR

EDITAL N.º 005/2009

ELEIÇÃO DE MEMBRO DA
CORTE SUPERIOR
CONVOCAÇÃO DO TRIBUNAL PLENO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DE MINAS GERAIS

Nos termos do art. 10-D, I e II, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, comunico aos Excelentíssimos Senhores Desembargadores que estarão abertas, no período de 02/12/2009 a 11/12/2009, as inscrições para a eleição de um membro da Corte Superior, observado o que dispõe o artigo 18, da Lei Complementar n.º 59/01, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 105/08.

Os requerimentos de inscrição deverão ser protocolizados na Coordenação de Protocolo Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça, no período supracitado, ou enviados para o fax daquele setor, através dos números: (31) 3237-6200, 3237-6228 ou 3237-6997, até às 18h30min.

Ficam convocados os Excelentíssimos Senhores Desembargadores para a sessão especial do Tribunal Pleno, a se realizar no dia 14/12/2009, segunda-feira, às 17 horas, no Auditório do Anexo I, Rua Goiás, 229, para a mencionada eleição, que se refere à vaga decorrente do término do mandato do Desembargador Edivaldo George dos Santos.

Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2009.

a) Desembargador SÉRGIO RESENDE,
Presidente.

**SUPERINTENDÊNCIA
ADMINISTRATIVA****DIRETORIA EXECUTIVA DA
GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS
E PATRIMÔNIO**

Diretora Executiva: Selma Michaelen Dias

**RECURSO, ADJUDICAÇÃO E
HOMOLOGAÇÃO**

Licitação n.º 114/2009

Processo n.º 2060/2009

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de forma contínua, de serviços auxiliares de apoio administrativo e suporte operacional (serviços gráficos) com fornecimento de todos os uniformes necessários, nas dependências do TJMG, na capital e interior..

Recorrente: Adservis Multiperfil Ltda.

Recorrida: PH Serviços e Administração Ltda

Assunto: Recurso contra ato do Pregoeiro

Adotando os fundamentos do Parecer da ASCONT, conheço do recurso, mas, no mérito, nego-lhes provimento, ratificando a decisão do Sr. Pregoeiro, no tocante à aceitabilidade da classificação dos valores ofertados na etapa de lances pela Recorrida, e conseqüentemente a declaração de vencedora à empresa em questão.

Isto posto, adjudico o objeto licitado à empresa PH Serviços e Administração Ltda e homologo os termos da Licitação n.º 114/2009.

Empresa Vencedora

Lote Único: PH SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA.

Homologação

Processo: n.º 2397/2009

Licitação: n.º 130/2009

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de copo de plástico descartável para água.

LICITANTE VENCEDOR:

Lote Único: Terrão Comércio e Representações Ltda.

Valor unitário : R\$2,33 (Dois reais e trinta e três centavos)

Valor total: R\$104.850,00 (Cento e quatro mil oitocentos e cinquenta reais)

Gerência de Contratos e Convênios
Gerente: Daniela Ataíde Giovannini Alves
01.12.2009

Contrato (Extrato)

Major Holding Ltda. - Ct. 130/2009 de 01.11.2009 – Objeto: Locação de imóvel comercial destinado à instalação do Arquivo Judicial do Fórum da Comarca de Sete Lagoas/MG.- Vigência: 01.11.2009 a 01.02.2013. - Valor do Ct.: R\$ 78.000,00 - Dotação Orçamentária n.º 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.20 – Locação de Bens Imóveis – Pessoa Jurídica.

Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - Prodemege- Ct. 392/2009 de 09.10.2009 – Objeto: Prestação de serviços de informática.- Vigência: 09.10.2009 a 09.10.2010. - Valor do Ct.: R\$ 543.949,00 - Dotação Orçamentária n.º 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.36 – Serviços